



Livros que poderiam estar na biblioteca: como auxiliar as bibliotecas no incentivo à leitura através dos estudos literários

Books that could be in libraries: how to assist libraries in supporting reading through literary studies

Giulia Crippa¹

Resumo: O artigo discute a potencialidade dos estudos literários em auxiliar as bibliotecas públicas em formular suas políticas de aquisição voltadas para o incentivo à leitura. Especificamente, nomeia autores e obras que agregam qualidades literárias a temáticas que ajudam a compor um quadro literário da contemporaneidade brasileira. Examina narrativas que confrontam os silêncios da memória e o peso que eles adquirem em uma sociedade globalizada.

Palavras Chave: Bibliotecas públicas; memória; literatura brasileira contemporânea;

Abstract: This paper discusses the potentiality of Literary Studies in assisting public libraries in formulating their policy of acquisition directed to support reading. Specifically, it names authors and works that add literary quality to subjects, composing a literary portrait of contemporary brazilian fiction. It examines narratives that faces the silences of memory and the weight they acquire in a globalized society.

Key-words: Public libraries; memory; contemporary brazilian literature.

Introdução

De quais livros, quais autores falar, dentro do panorama da literatura brasileira contemporânea mais atual? É necessário, na crescente oferta editorial, procurar algumas balizas. Isso, com uma finalidade. Se trata da possibilidade dos estudos literários colaborar, através de seu ofício crítico e histórico, na seleção dos textos literários que as bibliotecas públicas poderiam adquirir oferecendo percursos de leitura aos seus usuários. Nesse sentido, pensamos de maneira otimista na possibilidade de a biblioteca pública ser capaz de se tornar promotora de leitura de maneira a não oferecer unicamente um consumo cultural consolador, através de produtos editoriais ligados à indústria de Best-sellers. Deve oferecer percursos de lazer (uma escrita ficcional) e de narrativas que, por suas temáticas e forma expressiva, fornecem o lastro para que o espaço das próprias bibliotecas se torne oficina de construção com as palavras. Livros que podem ser

¹ Livre Docente, Professora Assistente no Curso de Biblioteconomia, Ciências da Informação e da Documentação da Faculdade de Ciências, Letras e Filosofia da USP – Campus de Ribeirão Preto. Docente do Programa de Pós Graduação em Ciências da Informação da Escola de Comunicação e Artes da USP.

propostos através da narrativa da própria biblioteca, que propõe as aquisições e escolhe a linguagem que leva ao convite à literatura e a reflexão sobre suas próprias escolhas..

A reflexão é preciosa, diz Jaques Rancière (1995), enquanto treina ao hábito da diferença, quando é reflexão que nasce da palavra que se propõe como cuidado da vida mental, a palavra escrita que requer o “fôlego”, isso é, os corpos das personagens, homens e mulheres, mesmo que dentro de uma ficção, recebem a vida através do corpo e do “fôlego” dos leitores. Nas bibliotecas as palavras podem se apresentar com novos significados, com tanto que elas reconheçam-se como lugares de criação de novas palavras.

Os estudos literários, em um panorama em que se entende que a biblioteca é, por definição, promotora de leitura, podem ativamente contribuir, com seus saberes, nas políticas de aquisição. Através de uma oferta crítica é possível oferecer às bibliotecas, de maneira clara, possíveis percursos de leitura para os usuários. Também, no âmbito das atividades de promoção da leitura, esses percursos forneceriam elementos para discussões dentro de grupos de leitura, atividade cuja promoção também pertence ao domínio dos fazeres bibliotecários. Uma das competências do bibliotecário, que adquire dimensão simbólica dos gestos e dos lugares, é o gesto de indicar. Indicar livros e leituras é um gesto bibliotecário. Nossa reflexão pretende abranger temáticas adaptadas a um público de jovens adultos e de adultos, grupos alvo de atenção limitada no panorama dos investimentos dedicados principalmente ao setor de biblioteca infanto-juvenil.

As bibliotecas devem ser pensadas e propostas como atores importantes na realidade sociocultural, como formadoras de uma cidadania participativa. Daí se desenvolve a busca de perfis, identidades das bibliotecas, traduzidos em serviços diferenciados dos tradicionais. A biblioteca é, assim, um espaço comum que envolve os cidadãos, pois sem eles, a casa cai.

Um aspecto do papel entre biblioteca e cidadão é a conscientização do segundo através de seu uso da primeira, e um modelo de biblioteca social é aquela aberta a todos. A biblioteca é a referência essencial para que todos se sintam legitimados: enquanto usuários, são cidadãos. Isso significa que se aproximam da biblioteca com exigências diversas, objetivando-a como centro de informação que oferece soluções pensadas coletivamente para os problemas comuns.

Ao mesmo tempo, porém, é consumidor, na medida em que utiliza os serviços. Não é o consumo passivo do mercado, pois requer participação ativa, levando à criação de pensamento produtora de cultura, feita de sociabilidade.

O objetivo da biblioteca é participar da criação de um cidadão que queira empreender. A biblioteca permite o encontro e fornece os instrumentos da transformação do existente. A biblioteca é um tear, incubadora de pensamentos e palavras, tanto que adquire a função de tutelar e promover o patrimônio cultural do território, composto tanto de livros, como de pessoas.

A biblioteca é um lugar “seguro”, em tempos de rápidas mudanças, por ser diferente da cultura descartável, enquanto lugar delegado à tutela da memória, oferece segurança.

Escolhas.

Nos últimos anos, muitas novidades apareceram nas estantes das livrarias, novidades que não necessariamente encontraram seu caminho para as bibliotecas. Com efeito, nos falta a distancia necessária para uma visão clara dos fenômenos literários a nós contemporâneos. Ainda, a indústria editorial incrementou, nas últimas décadas, as operações de marketing internacional para a venda de best-sellers internacionais, em geral textos intensivamente requisitados por um período relativamente breve. Podemos, também, individuar fenômenos literários do porte de Paulo Coelho, infelizmente ainda pouco tratado pela crítica mais acadêmica. Em um trabalho ainda incipiente sobre o trabalho de Coelho, é bem caracterizada a habilidade do autor em reconhecer e aproveitar os caminhos do mercado cultural, destacando a escolha de procurar um público afeito a livros de auto-ajuda esotéricos (ROMANCINI, 2010). Apesar da importância da para-literatura no entendimento do poder das narrativas, não é essa nossa preocupação aqui, onde pretendemos concentrar nosso interesse em produtos ficcionais que não levam ao ato do consumo cultura como leitura puramente consoladora presente no repertório de alguns gêneros de evasão. Se a biblioteca tem, como responsabilidade, a de nos oferecer a segurança da memória preservada, não pode acolher unicamente a cultura mais dependente das operações mercadológicas, mas deve promover uma pluralidade de leitura que permita abrir oficinas de construção do futuro.

É nesse sentido que propomos autores representantes de uma certa “biodiversidade” cultural que, a nosso ver, merecem destaques também em outros países. Vozes que destacamos são as de Michel Laub, em seu *Diário da queda*, e de Tatiana Salem Levy, autora de *A chave de casa*, que, junto a Bernardo Kucinski, propõem o desenvolvimento da trama da memória de um mundo judaico elaborado entre imigração e ditadura.

Tema que nos parece particularmente presente entre os autores é o da perspectiva brasileira na globalização, como no caso de Adriana Lisboa, cujos romances relatam o deslocamento de quem, ligado a um Brasil ao qual se chegava como imigrantes, lugar de promessas de um bem estar e de um futuro, graças à riqueza do café, se encontra na condição de emigrante rumo à ilusória promessa de melhoria do chamado primeiro mundo.

Nesse conjunto aparentemente heterogêneo de textos e linguagens, resolvemos tentar uma aposta: desenhar o panorama dessas obras para, sugerir um percurso de leitura que justifique sua aquisição e o começo de um percurso de incentivo à leitura.

Algumas notas sobre o percurso de leitura.

Não é tarefa fácil, discutir as formas contemporâneas do literário, tanto em um plano global, quanto no Brasil. Em primeiro lugar, percebe-se uma dificuldade dos estudos literários, pois a escrita literária contemporânea extrapola os cânones, configurando-se como hibridação, contaminação de linguagens dos quadrinhos, do cinema ou, simplesmente, dos produtos para o consumo de massa. Nesse sentido, os estudos de comunicação, ainda mais com seus apontamentos para uma convergência tecnológica, têm oferecido ferramentas de análise bastante enriquecedoras. Isso, na medida em que passou a estudar a literatura como fenômeno de mercado, propondo uma agenda de estudos sobre a leitura e suas práticas e sobre o mercado editorial como “sistema de produção e disseminação” de leituras.

Estudos que, quando lidamos com a literatura do contemporâneo, não podem ser deixados de lado, pois o mercado editorial sempre desenvolveu suas estratégias de seleção e de vendas dos produtos, e os estudos literários são um elemento de sustentação da economia do livro. Não é por acaso que a indústria editorial alimenta prêmios literários, cuja seleção deve basear-se em parâmetros constitutivos do “gosto”.

Os estudos mais acadêmicos, porém, de certa maneira refratários em assumir seu papel no mercado das letras, multiplicaram os estudos sobre autores e textos consagrados, limitando a raros e pontuais estudos suas incursões sobre autores da contemporaneidade.

No eterno reorganizar-se do texto literário, todavia, fórmulas consagradas e novos hibridismos literários oferecem espaço para estudos voltados para a literatura enquanto releitura e interpretação criativa de outros textos, sejam eles literários ou não. Afirmamos, também, que a literatura é uma das chaves de interpretação da realidade, na medida em que elabora mundos ficcionais coerentes e funcionais que projeta como textos ao encontro de seus leitores. A possibilidade que alcançam seu público se dá pelo

agenciamento editorial, que se encarrega do processo de mediação com os potenciais leitores através de intervenções editoriais tanto na reformulação de conteúdos, quanto das escolhas gráficas e promocionais. No processo editorial entra, assim, a conjugação entre os saberes dos estudos literários, que avaliam tanto a linguagem quanto os saberes administrativos e mercadológicos, que individualizam potenciais públicos leitores do texto. Nesse sentido, o mercado editorial brasileiro tem se profissionalizado bastante, nos últimos anos.

O exercício dos estudos literários pressupõem, portanto, conhecimento cada vez maior das razões históricas, sociais e psicológicas dos prazeres da leitura, enquanto deriva tais prazeres dos estatutos ou propostas de validação do literário, tarefa que lhe pertence. Os estudos literários envolvem, assim, textos e contextos de leitura para validar produtos literários que justifiquem sua presença em uma biblioteca.

Indicando títulos, autores e sentidos de leitura: o gesto bibliotecário.

Não há autor que não seja previamente leitor. A leitura, dentro dos limites e das possibilidades do tempo, e do repertório de quem a realiza, constrói as bases da criação literária. A invenção não é absoluta, mas se manifesta nas relações que se criam entre textos, nas operações do repertório. O autor é alguém capaz de dialogar com o presente e com o passado.

Como se colocam, então, os autores cuja inclusão propomos em um percurso de incentivo à leitura dentro de uma biblioteca pública?

Como primeiro exercício de incorporação dos textos enquanto produtores de novos sentidos da memória, podemos pensar em três dos livros propostos, *Diário da queda*, *K* e *A chave de casa*. Um dos temas na base de todos eles é a manifestação particular do mundo judaico no Brasil e a elaboração das narrativas de memória que cada autor tece sobre essa realidade.

No romance de Michel Laub, a narração é unificada pela voz do narrador que conta a sua história, ao lado das do pai e do avô. O ato narrativo se constitui na impossibilidade de relatar uma memória estável, coerente, entre as três testemunhas. A memória é ausente nos diários do avô, sobrevivente do holocausto. Nos seus escritos, abertos depois do falecimento, o pai e o filho encontram um relato irreal de um mundo ideal, um mundo que, em sua perfeição, esconde a memória do real, a torna inalcançável. O pai, que ao longo da vida se tornou “repetidor” das memórias oficiais, institucionais sobre o holocausto, não consegue, em seu esforço, tornar-se um mediador capaz de enredar o filho na vivência dessa narração. Ele mesmo excluído pela inexistência da narração das

vivências do avô, não pertence à vivência dessas memórias, fracassando nas estratégias para destacar as memórias, que aparecem aos olhos do filho postiças e recalçadas. A impossibilidade da narrativa paterna se torna irreversível com a descoberta da doença dele, o Alzheimer que o tornará incapaz de toda e qualquer memória. Talvez metáfora de uma afasia da mente que se encontra enjaulada no presente. A ponto, de o filho, o autor, procurar suas memórias pela proximidade ou distancia do mundo judaico que pertence às suas experiências. Se confronta, assim, com o modelo da escola e de seus antigos colegas, oferecendo ao leitor o momento do trauma que bloqueia o processo de aceitação das memórias oferecidas pelo pai. Se trata de um acidente que ele e seus colegas de escola provocaram aos danos do único menino *goi* que freqüentava a escola judaica. A afasia mental parece hereditária, pois a narrativa do filho é um constante confronto com jargões que o relato desmascara através da experiência, mas que não consegue “acoplar” à perda de memória do avô nem do pai.

K., de Bernardo Kucinski, por sua vez, carrega, já no título o conjunto de referências culturais judaicas, remetendo ao senhor Joseph K., protagonista de *O processo* de Kafka. A história é o labirinto de caminhos sem saída que o protagonista, pai de uma desaparecida, segue em sua busca pela filha. K. é um judeu expatriado para o Brasil com a esposa a qual foi perdendo sua capacidade de lidar com a realidade, conforme recebia as notícias dos familiares mortos em campos de extermínio. K. é um aposentado que se dedica ao estudo do iídiche, mantendo assim relações com a rede internacional dos estudiosos, na maioria velhos judeus sobreviventes dos campos de extermínio, para os quais o exercício de manutenção da língua se torna manutenção de uma identidade perdida no genocídio nazista. Conforme a história se desenrola, porém, o senso de perda de importância, o afastamento do interesse pelo iídiche, representa o distanciamento da comunidade judaica, incapaz de uma intervenção solidária na situação. No labirinto de burocracias, mentiras e falsas esperanças, a memória de uma comunidade mantida pelo estudo do iídiche se torna supérflua, inútil. A falha na busca da filha deram a dimensão da distancia entre memórias aparentemente unificadoras e realidade.

O que se destaca aqui é, sem dúvida a presença da ditadura, e a história é um relato biográfico romanceado do desaparecimento da irmã do autor. Nos interessam, aqui, pelo menos dois aspectos, que caracterizam a escrita de Laub e de Kucinski: em primeiro lugar, um tratamento que nos parece peculiar da memória judaica, apresentada como perda dos autores. A comunidade à qual pertencem não gera processos de identificação, mas sim de afastamento e afrouxamento dos laços. O segundo aspecto, que pertence também a Tatiana Salem Levy, é a projeção dos autores em textos ditos de “auto-ficção”,

Entendendo-se, com isso, uma narrativa fortemente ficcionalizada de memórias biográficas.

Levy, nascida em Portugal em 1979, filha de expatriados brasileiros comunistas, constrói, também, uma narrativa que entrelaça as lembranças de sua viagem para a Turquia, terra natal do avô, judeu sefardita, com as lembranças da ditadura que os pais lhe legaram da ditadura. Como no caso de Laub, ainda que não tenha fugido da perseguição nazista, na hora de sua chegada ao Brasil o avô se torna um “desmemoriado”. Ele interrompe, voluntariamente, a transmissão de hábitos e costumes que pertenciam à família. Esses hábitos ela os encontrará quando achar a família de origem a qual expressa maravilha pela falha dessa transmissão cultural por parte do avô. Não há de surpreender, na verdade, essa “erradicação” voluntária das memórias. Durante os anos da imigração estrangeira ao Brasil havia, na maioria dos imigrantes, uma certa clareza dos inúmeros obstáculos entre eles e uma volta eventual aos países de origem. Manter os hábitos e costumes em um lugar de onde não se sabe se e quando se voltará desencadeia as memórias nostálgicas da distancia, da ausência. O bloqueio das memórias se torna um antídoto para não morrer de saudades. As tradições do passado não pertencem mais aos que se afastaram desse passado. Em Levy, a memória que se incorpora à voz da protagonista é a memória visceral da mãe, falecida de câncer sob seus cuidados, a mãe que, na juventude, fora torturada na ditadura.

Se em K. o protagonista ainda carrega o elo da memória judaica, pois lhe pertence por vivência, Laub e Levy nos falam da percepção da perda da memória como “dano” da vida. Em K. o distanciamento dessa memória é traumático: a perda da filha por mão da ditadura é o trauma que remete à memória das outras perdas, memória ilusoriamente afastada na erudição da língua que, houve um tempo, era o lugar da memória comum. Abandonar os estudos do iídiche é, para K., o reconhecimento das perdas do passado e do presente. Somente a vivência do desaparecimento da filha leva o protagonista a se confrontar com a sobrevivência artificial, quase fingida, da língua agora vista como língua dos mortos do passado que, no cultivo desse tipo de memórias não permitiu uma ação no presente da ditadura.

O trauma do holocausto, por sua vez, silencia a memória do avô no romance de Laub. A recusa em relatar a experiência do holocausto é duplamente reforçada pela ausência de referencia à experiência e pela construção de um mundo de fantasias em que a vida é descrita como feita sob medida para o avô. As tentativas de tecer um enredo para a memória por parte do pai, por outro lado, fracassam, desaguando na perda total da

memória provocada pelo Alzheimer. Será esse o destino do filho, o de deparar-se com sua própria afasia mental?

Levy, em sua narrativa, nos leva ao estranhamento quando se fala da língua de família que, na Turquia, ainda usa, o ladino. O avô, diz a autora, escolheu abandonar seu uso, assim como os rituais costumeiros. Quando Levy viaja à Turquia, descobrirá a distância que a separa de tudo isso. O que lhe pertence é a vivência que o corpo da mãe lhe lega, feita de clandestinidade, de medo, e de tortura, vivência com a qual Levy escolhe se identificar, ao seguir as veredas da memória que o avô não compartilhou, da doença da mãe e de suas próprias escolhas, que a levam a experimentar o jogo da submissão em uma relação violenta.

Nenhum dos três autores escolhe a forma de relato linear. Os episódios que compõem os enredos obrigam o leitor a manter constantemente a vigilância sobre sua própria memória dos capítulos anteriores. A narrativa busca, assim, envolver o leitor no percurso nunca linear da memória, de seus ângulos sem saída, das voltas quase obsessiva de lembranças, do aparecimento de confrontos inesperados entre memórias vividas e memórias relatadas. Kucinski e Levy assumem, nesse sentido, uma clara manifestação de identidade nacional, elemento de discussão muito presente na fermentação literária brasileira, em seus aspectos formais e de conteúdo: a ditadura os coloca no centro de uma identificação com a brasilidade. Em Laub, o efeito é menos evidente, mas não deixa de estar presente a todo momento: no esquecimento do avô, que chega a um mundo para ele sem passado; do pai, que não pertenceu ao passado do avô e não pertence ao seu próprio presente; e do filho, tomado pela realidade sem raízes explícitas, a memória que prevalece é a do mundo ao qual pertencem, que é o Brasil das últimas décadas.

Nessa mesma direção aparenta dirigir-se o trabalho de Adriana Lisboa, principalmente seu *Azul corvo*.

Se o Brasil já se interrogou sobre suas identidades no século XIX, na época da formação do Estado-Nação independente, no século XX voltou à questão, pela presença de um sem numero de imigrantes, portadores de tradições e culturas diversas. No século XXI a literatura se confronta com a realidade da mestiçagem cultural dentro e fora do país, do que se leva em viagens às vezes sem volta em termos de memória capaz de estabelecer identidades. Em uma operação que não diverge do caminho da interpretação literária do pós colonialismo inglês oferecida por Zadie Smith (2003 e 2013), Adriana Lisboa põe em cena personagem que, às vezes, nem nasceram no Brasil, mas que com ele dialogam em força de suas origens familiares. É nisso que sua operação literária se

aproxima das narrativas de Smith que, por sua vez, encena personagens nascidas fora da terra de seus pais, os filhos dos imigrantes das ex-colônias inglesas, que ainda lidam com os conflitos raciais e culturais de suas origens com a realidade inglesa, considerando sua distância e apropriação da aculturação inglesa.

Azul corvo é o que poderíamos definir de romance de formação. A protagonista, Evangeline ou Vanja é uma boa representante dessa realidade globalizada. Nasceu nos Estados Unidos de mãe brasileira e pai estadunidense. Vanja nunca conheceu o pai e, com dois anos, foi ao Brasil, onde viveu até a morte da mãe. As páginas dedicadas pela autora ao amor desenvolvido pela protagonista ao Rio são explícitas a respeito da protagonista se sentir brasileira. Todavia, com a morte da mãe, se torna imperativo para Vanja compreender a complexidade de sua situação. Há, no passado da mãe inquieta e nômade, muitos pontos obscuro que Vanja quer entender. Resolve, então, procurar a parte de memórias que envolvem o pai e vai aos Estados Unidos para procurá-lo. Para tanto, será hospedada por um ex-namorado da mãe, Carlos que, quando do nascimento de Vanja, aceitou colocar seu nome como pai dela, pois a mãe já tinha se separado do pai biológico e não queria que, formalmente, a filha não tivesse uma paternidade.

Assim, Vanja se muda para uma cidade do Colorado, onde Carlos trabalha como segurança e faxineiro na biblioteca pública. Em princípio estranhando a nova vida, Vanja logo constrói sua rotina, que envolve, além da figura esquiva de Carlos, o filho caçula dos vizinhos, imigrantes ilegais. Aos poucos, também, passa a conhecer a história de Carlos, que foi militante da guerrilha do Araguaia e se salvou por sorte, decidindo, a partir daí, sair do Brasil, para onde nunca mais voltou.

A mãe, pelas memórias que Vanja reconstitui, aos poucos, adquire feições de uma geração, nascida durante a ditadura, que não pertencia ao *establishment*, mas que também não sentia a necessidade de se opor radicalmente. Seja por falta de informação, seja por uma questão mesmo de idade, pouco ou nada sabia do Araguaia, assim como de outros fatos sobre os quais, quando se comentava, era eventualmente longe dos espaços públicos. É a geração de Michel Laub, de Adriana Lisboa, mas tem sua interlocução em Kucinski, mais velho em uma geração, e em Levy, nascida no final da parábola autoritária. É possível, então, enxergar um percurso que desenvolve narrativas paralelas nesses autores, que se tornam tradutores estranhados do que propõem representar um elemento de identificação. Esse elemento que se torna comum em suas narrativas (o “lugar comum”) é, mais do que a experiência em primeira pessoa, a busca dos relatos alheios que preencha as lacunas de uma memória que, durante alguns anos, não conseguiu elaborar suas narrativas por razões políticas: os envolvidos com a ditadura

“desaparecem” não somente como corpos, mas também como relatos. Por terem morrido, em alguns casos, e, em outros, por terem escolhido um esquecimento voluntário, um silêncio em resposta ao apelo à reconciliação que no Brasil marca, em boa medida, a restauração das formas democráticas. É, esse, um elemento que torna mais complexa a representação da ditadura. O fato que, apesar disso, ela encontre suas representações na literatura coloca os autores brasileiros no diálogo entre memórias públicas e particulares em no páreo literário internacional de elaboração dos silêncios e conflitos entre familiares durante as ditaduras, ao lado da Argentina e do Chile.

Algumas considerações finais.

O incentivo à leitura que as bibliotecas devem propor precisa valer-se de instrumentos críticos de apóio, entre os quais a contribuição dos estudos literários deve pesar na seleção dos textos literários a serem propostos aos usuários. Essa seleção pode ser pensada como um percurso em que se experimentam novas proximidades temáticas e perspectivas de leitura. A proposta pode privilegiar a literatura brasileira, mas estabelece relações com narrativas estrangeiras que abordam os mesmos temas. Por exemplo, como observamos na escrita de Adriana Lisboa, é possível explorar os vínculos com a literatura definida pós-colonial. Para não se esquecer do gesto de indicar, o bibliotecário ainda encontrará leitores que querem saber mais sobre o mundo perdido do iídiche e do ladino, podendo sugerir leituras mais complexas, como Singer ou Canetti.

Também poderá cruzar essas leituras com livros de sucesso global, como *A menina que roubava livros*. Isso, conforme sua capacidade criativa e a base oferecida pelos estudos literários, cuja competência, entre outras, remete à necessidade de manter as bibliotecas os lugares da liberdade e da igualdade.

Acreditamos que a pequena amostra literária aqui limitada por razões de espaço possa fornecer sugestões para trabalhos preocupados com a melhoria dos serviços bibliotecários ativamente voltados ao incentivo à leitura.

Bibliografia

KUCINSKI, Bernardo, **K.**: relato de uma busca. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

LAUB, Michel. **Diário da queda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LEVY, Tatiana S. **A chave de casa**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

LISBOA, Adriana. **Blu corvino**. Roma: La Nuova Frontiera, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da escrita**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

ROMANCINI, Richard, **Paulo Coelho e seus predecessores: um capítulo da história da leitura no Brasil**. Em: BRAGANÇA, Anibal, e ABREU, Márcia. **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Unesp, 2010, p. 599-614.

SMITH, Zadie. **Dentes brancos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SMITH, Zadie. **NW**. Milano: Mondadori, 2013.

ZUSAK, Marcus. **A menina que roubava livros**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2005.